

Proposta de Maciel prevê compensação de perdas dos estados

Ricardo Allan Medeiros
de Brasília

A proposta de reforma tributária do governo federal pressupõe um resarcimento de perdas aos estados de R\$ 12,289 bilhões no primeiro ano de vigência do novo modelo. A compensação será feita pelo Fundo de Equalização Federativa (FEF), a ser formado por 11% da arrecadação do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Do total, R\$ 3,072 bilhões (25%) deverão ser revertidos para os municípios. Os números fazem parte das simulações que o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, entregou aos deputados da comissão da reforma na Câmara em reunião fechada anteontem.

De acordo com as estimativas de arrecadação para este ano, a receita disponível dos estados, fruto dos tributos que serão extintos, somará R\$ 55,958 bilhões. Esse montante leva em conta, entre outras coisas, a apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de R\$ 60,886 bilhões e do Fundo de Participações dos Estados (FPE), de R\$ 9,282 bilhões. O volume líquido diminui por causa das transferências obrigatórias para os municípios. Segundo Everardo Maciel, a receita líquida futura, incluído aí o resarcimento, deve chegar a R\$ 55,646 bilhões.

A perda efetiva para os estados na mudança do atual sistema tributário para o preconizado pelo governo seria, portanto, de R\$ 312 milhões. Para manter o mesmo nível de arrecadação (R\$ 17,785 bilhões por ano), o estado de São Paulo precisaria de uma compensação de R\$ 5,497 bilhões, o maior resarcimento entre todos. O segundo colocado no ranking seria o Rio, com compensação de R\$ 1,174 bilhões, seguido de Minas Gerais, com R\$ 1,065 bilhões. O município de São Paulo ficaria com R\$ 1,374 bilhão do FEF, o Rio com R\$ 293 milhões, e Belo Horizonte receberia R\$ 266 milhões.

Os dados da Receita apontam para uma arrecadação estadual do novo Imposto Seletivo (IS) de R\$ 10,426 bilhões, dos quais R\$ 2,606 bilhões (25%) seriam transferidos para as prefeituras. O estudo estipula as alíquotas incidentes sobre os bens e serviços de grande impacto

arrecadatório sujeitos ao imposto. A Receita propõe duas alíquotas para cada item de acordo com a base de cálculo: uma taxação menor se a base for o consumo das famílias e outra maior se for o consumo total.

As alíquotas são 5,2% ou 11,2% para telecomunicações; 0,8% ou 3% para energia elétrica; 5,6% ou 9,5% para os combustíveis; e 1% ou 1,5% para veículos. Para dois itens, a alíquota não varia: 12,2% para bebidas e 42,9% para fumo. A troca do ICMS pela cota-partes de 35% do IVA, pelo IS e pela compensação traria pequeno ganho de receita para alguns estados e perda para outros. São Paulo ganharia R\$ 66 milhões. O Rio Grande do Sul teria a maior perda (R\$ 139 milhões).

Essa discrepância deverá prejudicar as negociações entre os estados, o governo federal e o relator da reforma, deputado Mussa Démés (PFL-PI). Um grupo de secretários estaduais de Fazenda, entre eles o gaúcho, Arno Augustin, pediu ontem a Everardo e a Mussa o adiamento da entrega do parecer, que es-

tá marcada para a próxima quarta-feira. Os secretários disseram que "a reforma está próxima de um consenso", mas pediram mais uma semana para

analizar todas as implicações que ela trará para as finanças dos estados. O relator não viu problema no pedido, mas, antes de decidir, vai consultar o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

A proposta da Receita é que o IVA, que substituirá o ICMS, o IPI, o ISS, a Cofins e o Pis-Pasep, tenha uma alíquota média de 21,5%. A arrecadação total seria de R\$ 111,7 bilhões, dos quais R\$ 106,3 milhões do regime geral e R\$ 5,4 bilhões do especial. Esse último regime seria aplicado a micro e pequenas empresas (R\$ 1,4 bilhão) e ao setor financeiro (R\$ 4 bilhões). Os estados ficariam com R\$ 39,103 bilhões de sua cota-partes do IVA. Os municípios trocariam os R\$ 5 bilhões do ISS por R\$ 5,3 bilhões do Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), que seria cobrado com alíquota de 3,2%. Com os tributos que serão extintos, as estimativas para este ano são de uma arrecadação tributária total de R\$ 138,1 bilhões.

Secretários estaduais de Fazenda pediram adiamento do parecer, que tem entrega marcada para a próxima quarta-feira